

Suleando lugares: arraigamento ecológico nos quilombos de Pombal e Porto Leocardio, em Goiás

Southing Places: ecological rooting in Pombal and Porto Leocardio Quilombos, in Goiás

Alexandre Ferraz Herbeta¹
Alexandre Martins de Araújo²
Elias Nazareno³
Leandro Mendes Rocha⁴

Resumo

Este artigo trata das relações entre espaço e cultura, buscando compreender os processos de territorialização das comunidades quilombolas de Pombal e Porto Leocardio na perspectiva do arraigamento ecológico. Neste sentido, busca-se entender as escolhas feitas por esses grupos quilombolas nos processos de formação de seus territórios, vistos também como ações de *suleamentos* realizados pelos seus membros. Nesse cenário, os marcos espaciais e temporais que tradicionalmente fundamentam tais processos de territorialização se expandem, permitindo enxergar a presença de complexos fatores socioambientais imbricados na maneira como esses agentes escolheram seus lugares de ocupação. Para se alcançar tal cenário, nos ancoramos na abordagem ecológica cuja visão unifica mente, matéria e vida.

Palavras-chave: Arraigamento ecológico, *suleamentos* quilombolas, territorialização

Abstract

This article deals with the relationship between space and culture, seeking to understand the processes of territorialization of the quilombola communities of Pombal and Porto Leocardio from the perspective of ecological "arraigamento". In this sense, we seek to understand the choices made by these quilombola groups in the processes of formation of their territories, also seen as actions of *suleamentos* carried out by its members. In this scenario, the spatial and temporal milestones that traditionally underlie such territorialization processes expand, allowing us to see the presence of complex socio-environmental factors imbricated in the way these agents chose their places of occupation. To achieve such a scenario, we anchor ourselves in the ecological approach whose vision unifies mind, matter and life.

Keywords: Ecological rooting, southing Quilombolas, territorialization

¹ Alexandre Ferraz Herbeta. Doutor em Antropologia pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP (2011). Professor Adjunto da Universidade Federal de Goiás. alexandre_herbeta@yahoo.com.br

² Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás, Brasil (2007). Professor Associado da Faculdade de História da UFG e coordenador do Núcleo de História Ambiental e Interculturalidades –NUHAI.amartins@ufg.br.

³ Elias Nazareno. Doutor em Sociologia pela Universidad de Barcelona, Espanha (2003). Professor Associado da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás UFG, Brasil. eliasna@hotmail.com

⁴ Leandro Mendes Rocha. Doutor em Histoire des Societes Latinoamericaines - Universite de Paris III (Sorbonne-Nouvelle) (1996). Professor Titular da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, Brasil. leandromrochagyn@gmail.com

Apresentação

O objetivo desse estudo é abordar as relações entre espaço e cultura a partir da noção de arraigamento ecológico⁵. Busca-se entender alguns processos de apropriação territorial realizados por populações quilombolas em Goiás, especialmente nos quilombos de Pombal e Porto Leocardio⁶.

Com base na existência de lacunas explicativas quanto às estratégias usadas por esses agentes para escolherem seus lugares de ocupação, esperamos, a partir de um paradigma ecológico, atingir uma visão sistêmica do fenômeno, por meio da qual se poderia entrever a interdependência entre as muitas dimensões envolvidas na territorialidade.

Assim, a questão que motiva nossa discussão é a de saber se a territorialidade já não estaria em ação mesmo antes da ocupação de um novo espaço, ou seja, também durante o processo de deslocamento e chegada ao território apropriado. O que se desdobra daí é a ampliação de possibilidades metodológicas decoloniais, entendidas como “flexíveis e que não seguem pautas específicas de ação, mas seguem um princípio ético de descolonização (SUÁREZ-KRABE, 2011, p, 201, tradução nossa), e que são também capazes de revelar *suleamentos*⁷ quilombolas não somente para além dos limites físicos de seus territórios, mas também abarcando temporalidades anteriores à apropriação de tais espaços.

Como se sabe, são muitos os quilombos no Brasil, cada qual com seu universo particular. Como bem refletiu José Jorge de Carvalho (FUNDAÇÃO PALMARES, 2000, p. 62-63), “o rosto quilombola é muito variado, quem sabe até mais variado do que o rosto indígena”. Nesse sentido, chamamos a atenção para o fato de que tal variedade também se estende à diversidade de lugares que os grupos quilombolas escolheram para se estabelecer.

Nossa atenção aqui, entretanto, está mais voltada para os aspectos e mecanismos da escolha, propriamente dita, desses lugares, que ocorreram em diversas situações históricas, como nas fazendas, nos pequenos arraiais, nos quilombos surgidos ao longo da história e nos diversos biomas que compõe o território brasileiro.

Começamos, então, nos questionando se seria possível obtermos, por parte dos quilombolas, uma resposta satisfatória a seguinte pergunta: Por que as comunidades em questão escolheram este lugar e não outro para se estabelecerem? Talvez, por parecer demasiadamente simples, tal pergunta não tem frequentado os cadernos de campo da maior parte de nossos especialistas. Acreditamos, no entanto, que respostas a tal pergunta podem revelar verdadeiros cenários de *suleamentos*, levados a cabo pelos pioneiros dessas comunidades quilombolas.

Com efeito, o avanço do agrobusiness no território brasileiro, fez com que uma quantidade significativa de quilombos rurais tenha se tornado verdadeiros enclaves em meio a oceanos de monoculturas; situação que os expõe a fortes pressões ambientais. Tal paisagem, todavia, faz despertar a antiga noção, embora já um pouco desgastada, de que no passado, devido a um relativo isolamento geográfico desses quilombos em relação à população envolvente, suas comunidades estariam mais protegidas, menos vulneráveis⁸. Embora verdadeira quanto aos riscos ambientais, o

5 Essa noção foi elaborada por Alexandre Martins de Araújo durante seus estudos sobre fenômenos de adaptabilidade, envolvendo tanto migrantes que ocupam regiões periféricas de Goiânia como alguns povos indígenas vinculados ao Núcleo *Takinahaký* de Formação Superior Indígena – NTFSI, da Universidade Federal de Goiás – UFG. Em tais estudos, o autor se utiliza do conceito de arraigamento ecológico para compreender o desenvolvimento de padrões de ação, surgidos entre determinados grupos de pessoas durante suas dinâmicas de acoplamento estrutural no âmbito de sistemas socioecológicos. Projeto Reativar: agroecologias e interculturalidades <https://nuhai.historia.ufg.br/>.

⁶ Em respeito à comunidade quilombola, adotamos a forma oralmente utilizada de Porto Leocardio, conforme consta no Relatório Antropológico de caracterização histórica, econômica e sociocultural do território quilombola, umas das peças que compõe o RTID Porto Leucádio (2013).

⁷ Sobre a noção de *sulear*, ver Campos (1991, p. 56-91).

⁸ Em estudo recente, Nazareno, Araújo e Herbetta (2018), apontam para o fato de que parte dos quilombos formados, sobretudo a partir do século XIX, por conta do aludido processo de ocupação das regiões mais interioranas do estado de Goiás, ocorreu em áreas próximas às estradas que davam acesso à Goiás e aos povoados.

problema dessa noção é que, além de tirar completamente de cena o protagonismo dos quilombolas, quanto à escolha do lugar, também circunscreve o advento de um território quilombola a uma simples operação do tipo: deslocamento mais perambulação, ou fuga, é igual à ocupação de espaços protegidos.

Em que pese o alcance do entendimento acadêmico quanto à territorialidade e a multidimensionalidade das relações que se estabeleceram (e se estabelecem) entre comunidades quilombolas e o território, há uma lacuna de explicação sobre os caminhos construídos por esses agentes durante o processo de deslocamento até a chegada e ocupação desses territórios. O não preenchimento de tal lacuna explicativa implicaria, em nossa opinião, na simplificação do entendimento do processo histórico de formação de quilombos rurais nessa região de Goiás. Dito de outra forma, tal fragilidade explicativa nos impede de atingir uma visão sistêmica do fenômeno, a partir da qual se poderia entrever a interdependência entre as muitas dimensões envolvidas, não apenas sociais e culturais, mas, também as socioambientais e ecológicas.

Desta feita, perguntamos: a tão propalada noção de territorialidade, com toda a sua implicação prática, simbólica e de produção de subjetividades, já não estaria presente durante todo o processo de deslocamento e chegada ao território apropriado? Se a resposta for sim, ampliaremos as possibilidades metodológicas de percepção dos *suleamentos* quilombolas tanto para além dos limites físicos de seus territórios tradicionais como para além dos marcos temporais que delimitam seus processos de apropriação.

Para atingirmos as dimensões acima mencionadas, faremos uso da abordagem ecológica, sobretudo a de Fritjof Capra (2004) cuja abrangência nos autoriza uma “visão unificada de mente, matéria e vida”.

Os quilombos de Pombal e de Porto Leocardio

Os dois quilombos situam-se entre os rios Alma e Maranhão, no vale do São Patrício, na microrregião do Alto Tocantins, conforme mostram as figuras 1. Ambos os quilombos surgiram a partir das antigas lavras auríferas. Por essa época, tais lavras pertenciam ao julgado de Pilar de Goiás⁹.

Comunidade Remanescente Quilombola de Pombal, com cerca de 100 famílias, tem origem nos deslocamentos de populações afrodescendentes que partiam de regiões auríferas pertencentes ao antigo Julgado de Meia Ponte, hoje Pirenópolis, e regiões adjacentes, posteriormente ocupadas devido à descoberta dos depósitos do rio Maranhão. Pombal se estabelece, então, às margens do Rio Maranhão no município de Santa Rita do Novo Destino.

No relato do Sr. Norberto Cardoso, 65 anos, nascido na comunidade de Pombal, evidencia-se esse processo histórico na presença de uma memória coletiva que reconstrói a origem da comunidade a partir de reminiscências presas a um passado escravocrata.

Minha família chegou, pelo que minha tia conta, minha vó contava, ela chegou pelos, pela escravatura, pelos bandeirantes, já tava trabalhando, já vinha do município de Niquelândia pra cá e entrô (...) que os meninos vai amanhã, num córrego chamado córrego Terra Branca, ai os bandeirantes já tinha travessado o rio Maranhão pra cá e tava acampado, foi quando entro a liberdade, ai veio os mais véio e já ficou por ai mesmo. (ENTREVISTA realizada em 21/08/2013, RTID Pombal, 2013).

9 Segundo Eurípedes Funes apud Coelho (2010, p. 2), o período minerador em Goiás teve uma duração muito curta com seu início registrado em 1726, atingindo seu clímax já na década de 1750, entrando a partir daí em rápido declínio. Goiás foi a última região aurífera descoberta no período colonial, sendo ocupada dez anos depois da ocupação do Mato Grosso.

Porto Leocardio tem sua origem no processo de mineração, iniciado a partir do século XVIII. Segundo a tradição local, esse nome se deve a um ex-escravo, chamado Leocardio, que fazia a travessia entre o porto e o outro lado das margens do rio das Almas.

O Sr. Sebastião dos Santos Dias, quilombola nascido em 1920, afirma que a região de Lavrinhas, ao tempo de seu bisavô, segundo ele um feitor, chegou a ter mais de 300 negros em suas minas.

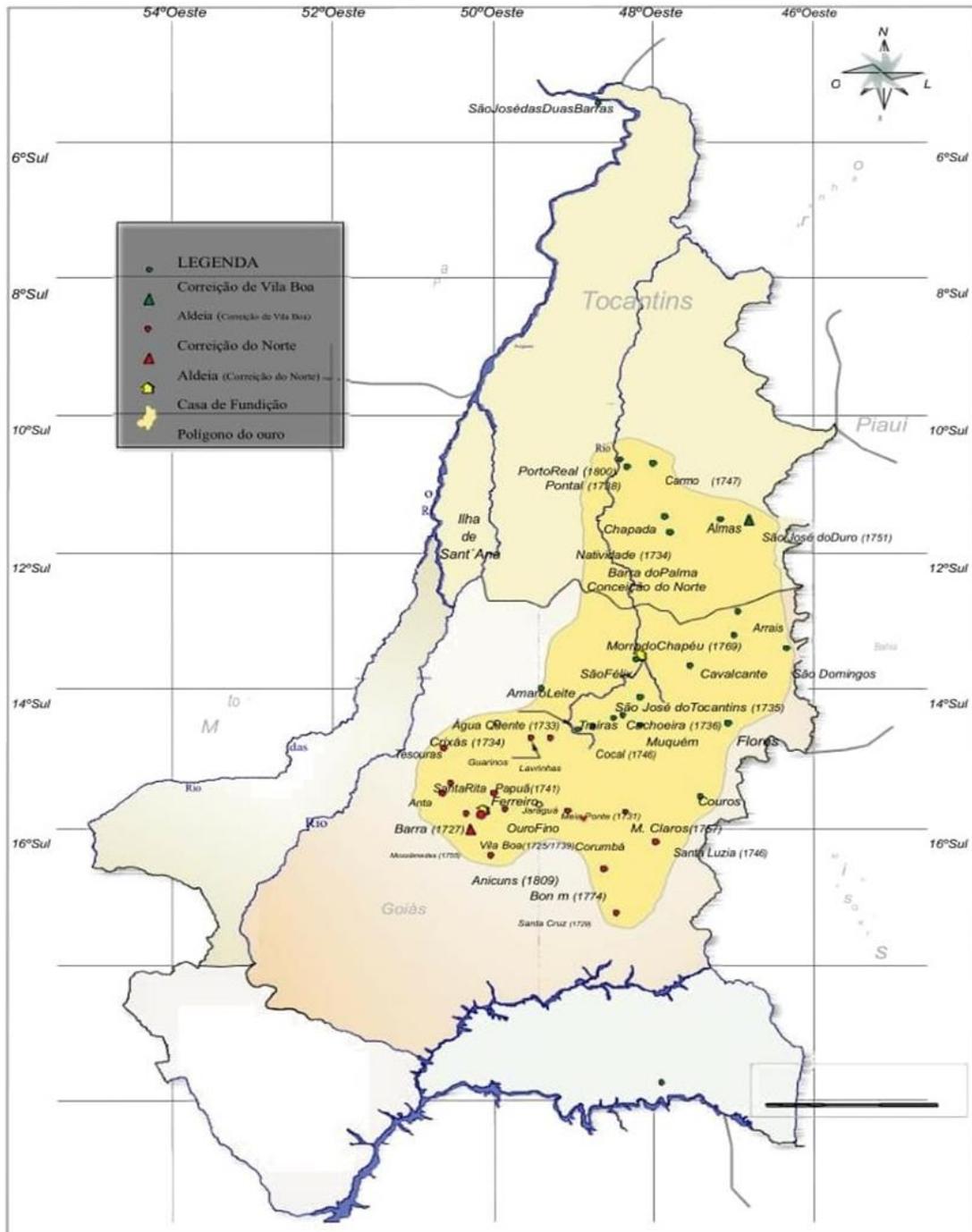
Nós morava na beira do Rio dos Bois porque o pai mudou pra lá, mas o meu tataravô, bisavô e avô foram "nascido e criado aqui". Na Lavrinha meu tataravô chamava Romão dos Santos Dias ele e quem tomava conta do garimpo aqui, ele e meu Bisovô que chamava Umbelino dos Santos, era chamado de feitor aqui nessa lavra tinha 360 negros e eles tomava de conta de tudo. Quando eu nasci já tinha cabado tudo.

É, Dias, né? Ele era o senhor dos negro daqui de dentro dessa Lavrinha, né? Meu teterêvô, né? Aí ele faleceu fico o fí dele sendo também, o senhor dos negro, né? Umberlino dos Santos, né?... Depois ele colocô esse meu bisavô Umberlino, fico sendo senhor, daí que veio a libertação dos escravo, né? Na mão deles, desse véi Umberlino. (ENTREVISTA realizada em 2013, com Sebastião dos Santos Dias, RTID Porto Leocardio, 2013).

Em uma das cartas, escritas pelo advogado paulista, Carlos Pereira de Magalhães, quando de sua estada em Lavrinhas de São Sebastião, no início do século XX, há uma passagem que evidencia situações de fuga e formação de quilombo na região.

No tempo do Alferes Silvestre, um negro gigante seu escravo, o Joaquim Buriti, cometeu um crime passional, e foi condenado à forca. Dona Inês, a consorte fazendeira, condoída de tão triste destino, favoreceu-lhe a fuga. Buriti homiziou-se na mata e relacionou-se com os canhamboras. Todas as tentativas para a sua captura frustraram-se; ele vestia-se de couro das onças que matava e praticava o contrabando de ouro. Durante uns dois decênios dominou com o seu bando essas matas serranas. Certa tarde do mês de agosto, com o ar turvo pelas queimadas, ouviram-se ecos lá da mata, pedidos de socorro. O alferes Silvestre estava ausente, dona Inês suspeitou, pelo timbre da voz, fosse o gigante Buriti. Ordenou ao capataz que o socorresse. Encontraram-no moribundo e em paz morreu, abençoando o nome da sua protetora (MAGALHÃES, 2004, p. 92).

do Norte que dava acesso a arraiais do norte de Goiás (Santa Rita, Tesouras, Crixás, Traíras, São Sebastião e outros), chegando até Bahia¹⁰.



Mapa 2 – Estradas que ligavam o Rio de Janeiro à Vila Boa

Fonte: Nazareno, Araújo e Herbetta, 2018.

Tal cenário de ocupação revela que esses sujeitos escolheram permanecer na região da antiga sesmaria Lavrinhas de São Sebastião, mesmo tendo a possibilidade de ocuparem outros lugares,

¹⁰ Ver (NAZARENO; ARAÚJO; HERBETTA, 2018).

uma vez que, por essa época, havia milhares de quilômetros de terras não ocupadas, o chamado “sertão do governo”¹¹.

O quilombo de Porto Leocardio estava situado dentro da Fazenda Lavrinhas¹² e muito próximo de outras cidades como demonstra a fala da senhora Vicença Alves da Silva,

(...) a fazenda “ia até Jaraguá. Lá, nós comprava sal e tecido pra minha mãe fazer roupa, o restante nós plantava. Eu casei em Jaraguá há muitos anos atrás. (RELATÓRIO Porto Leocarde, 2013, p.47).

Como podemos perceber, ainda que o colapso da mineração tenha ocasionado que grupos de afrodescendentes ficassem “abandonados à própria sorte”, as curtas distancias que separavam esses dois quilombos, tanto em relação às áreas urbanas como das estradas, poderiam representar um sério risco ao sucesso adaptativo¹³ dessas populações naquela região, uma vez que a escravidão ainda vigorava.

Uma das formas de se verificar a capacidade adaptativa de um dado grupo de humanos, saber se logrou, ou não, êxito em seu acoplamento estrutural ao ambiente, é averiguando suas respostas tanto às limitações ambientais como às fontes de estresses. Essas podem ser geradas por inúmeros fatores de perturbação, como por exemplo, a ocorrência de extremos climáticos, a escassez de água e até a presença de populações vizinhas hostis¹⁴.

O uso que aqui fazemos da noção de acoplamento estrutural, a fim de sondarmos a história adaptativa desses quilombos em seus respectivos meios, é parte da sofisticada teoria da autopoiese elaborada por Maturana e Varela (2001). Com base nessa teoria, a principal característica entre os seres vivos é a de produzirem a si próprios continuamente. Para exemplificar uma organização autopoietica, eles recorrem a uma dinâmica celular, ou seja, ao conjunto das relações entre os componentes resultantes de seu metabolismo, assim como os papéis desempenhados por sua estrutura fronteira denominada membrana. Dotada de uma estrutura particular, toda unidade autopoietica, ao se acoplar ao meio, em interações recorrentes, gerará perturbações recíprocas. Entretanto, “nessas interações, a estrutura do meio apenas desencadeia as modificações estruturais das unidades autopoieticas (não as determina nem as informa)”¹⁵.

Essa mesma dinâmica é discutida por Capra (2004) como um sistema estruturalmente acoplado.

Em outras palavras, um sistema estruturalmente acoplado é um sistema de aprendizagem. Enquanto permanecer vivo, um organismo se acoplará estruturalmente com seu meio ambiente. Suas mudanças estruturais contínuas em resposta ao meio ambiente — e, em consequência, sua adaptação, sua aprendizagem e desenvolvimento contínuos — são características de importância-chave do comportamento dos seres vivos (CAPRA, 2004, p.163).

A dinâmica autopoietica de um acoplamento estrutural, acima descrita, embora exemplificada desde o plano celular, não se constitui em impedimento de ser aplicada a qualquer outro nível sistêmico de acoplamento estrutural presente na biosfera, como por exemplo, a uma população de humanos acoplada a um determinado espaço, como no caso aqui em questão.

11 Sertão do Governo foi o nome que se deu a áreas ainda não ocupadas. (MARTINIANO, 1998, p. 324).

12 “A fazenda Lavrinhas era parte de uma sesmaria, como muitas do período aurífero brasileiro e goiano (PALACIN, 1989) e a mão de obra que a fazia produzir era a escrava”. (Idem)

13 Do ponto de vista adaptativo, sabemos que “a espécie humana é uma espécie generalista, capaz de se ajustar a novas situações por meio de meios fisiológicos e socioculturais, e que, por esses mesmos meios, também transforma o ambiente” (MORIN, 2010).

14 Para saber mais como antigas populações reagiram às condições ambientais e fizeram suas escolhas sobre como lidar com seus entornos ver Diamond (2010).

15 Ver (MATURANA E VARELA, 200, p. 87).

Outro critério-chave do pensamento sistêmico é sua capacidade de deslocar a própria atenção de um lado para o outro entre níveis sistêmicos. Ao longo de todo o mundo vivo, encontramos sistemas aninhados dentro de outros sistemas, e aplicando os mesmos conceitos a diferentes níveis sistêmicos — por exemplo, o conceito de estresse a um organismo, a uma cidade ou a uma economia — podemos, muitas vezes, obter importantes intuições. Por outro lado, também temos de reconhecer que, em geral, diferentes níveis sistêmicos representam níveis de diferente complexidade. (CAPRA, p. 36)

Numa palavra, o que nos autoriza fazer essas analogias entre diferentes sistemas estruturalmente acoplados é a escolha que fazemos pela abordagem da ecologia profunda.

A ecologia profunda não separa seres humanos — ou qualquer outra coisa — do meio ambiente natural. Vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida. (CAPRA, 2004, p. 163).

Em termos de suas capacidades adaptativas, sublinhamos que os quilombos de Pombal e de Porto Leocardio, apesar das dificuldades e agruras vivenciadas nos seus processos de territorialização, a história de seus acoplamentos estruturais àquela parte do mundo já remonta dois séculos. Desde que estão ali acoplados, enfrentaram (e enfrentam) incontáveis e severos níveis de perturbações, e ou, estresses orquestrados tanto pelo sistema biofísico local como pelas vicissitudes históricas.

Por vicissitudes históricas, podemos citar como exemplo o que aconteceu com o quilombo de Pombal que passou por um duro processo de grilagem de terras na década de 1960. Fato que gerou a expulsão de grande parte dos quilombolas de suas terras. A senhora Náilde do quilombo de Pombal revela que

A partir da década de 60 o Solon¹⁶ (desembargador) foi tomando as terras e 1975 a 1980 ele finalizou a tomada das terras. Algumas partes que sobraram as pessoas venderam porque queriam - venderam por volta da década de 90. De 1985 para cá. Mas a maioria já tinha sido tomada pelo Solon. (RTID Pombal, 2013, p. 44)

Nesse sentido, tais vicissitudes corresponderiam à dimensão intercultural desses acoplamentos estruturais, uma vez que os quilombos em questão são resultantes de fluxos migratórios de diferentes diásporas (afro-atlântica e pelos sertões interiores do Brasil) e que promoveram a territorialização nos biomas que compõe o território brasileiro. Nesses espaços, as experiências vivenciadas pelos atores sociais, leva os agentes¹⁷ a lutar pela sobrevivência, a interagirem entre si e se apropriarem das dinâmicas de ambivalência que promovem a ressignificação da realidade e construção de novas relações de identidades que constituem a teia cultural de suas existências nos espaços que ocupam. Essas vivências viriam muitas vezes a contestar a ordem hegemônica¹⁸.

16 Segundo os relatos apresentados no RTID, o senhor Solon Edson de Almeida se aproximou dos moradores do quilombo de Pombal e, assim que conquistou a confiança de parte deles, apresentou a proposta de regularização de suas terras. Para tanto, solicitou aos quilombolas que fossem passadas à ele procurações. Alguns resistiram a tais promessas e outros aderiram a proposta. No final da década de 1960, com o apoio de forças policiais governo do estado de Goiás os quilombolas foram expulsos. (RTID, 2013, p. 45).

17 Nessa análise, processualista e situacional, um elemento importante é o *agency* das populações quilombolas (GIDDENS, 1981, p. 161-174).

18 Para Bhabha, “este é o movimento histórico do hibridismo como camuflagem, como uma agência contestadora, antagonística, funcionando no entretempo do signo/símbolo, que é um espaço intervalar entre as regras do embate” (BHABHA, 1998, p. 268).

Ressaltamos que para fins de nossas análises, tomamos as populações quilombolas e o entorno onde elas se realizam, como sendo unidades vivas em interação, com dinâmicas estruturais próprias, portanto, autodeterminadas. Em outros termos, no âmbito das interações estruturais, cada uma das partes envolvidas é mutualmente perturbada, cabendo, cada uma delas, operarem suas modificações, e ou respostas estruturais a tais perturbações desencadeadas.

Com base nisso, inferimos que as histórias dos acoplamentos estruturais, protagonizadas por essas duas comunidades quilombolas, esboçam um quadro de sucesso adaptativo, pois, ao se interagirem com seus ecossistemas locais, ambas as comunidades realizaram-se autopoieticamente, ou seja, operaram incontáveis mudanças em seus componentes estruturais, mas com contínua conservação e circularidade de suas especificidades históricas.

Tal quadro de sucesso adaptativo, para nós, corresponde ao que tomamos a liberdade de chamar de arraigamento ecológico, ou seja, um conjunto de estratégias adaptativas, historicamente construídas em situações de enfrentamentos recorrentes às perturbações do meio. Com o tempo, e se essas interações permanecerem congruentes, tais estratégias se consolidam numa verdadeira constelação de padrões de ação, integrados e combinados entre si. Tais padrões podem ser vistos sob as mais diversas formas, podendo variar desde o controle sobre o entorno (conhecimento das condições edafoclimáticas e fitofisionômicas do ambiente), passando pela produção de intrincados sistemas cosmológicos e cosmogônicos, chegando até o estabelecimento de políticas de convívio com as populações envolventes.

Na perspectiva da abordagem sistêmica, tais padrões de ação que compõem um arraigamento ecológico, seriam como propriedades sistêmicas que surgem e se realizam em acoplamentos estruturais específicos. Em última análise, esses padrões de ação corresponderiam àquelas "propriedades emergentes", surgidas nos diferentes níveis sistêmicos, de que nos fala Fritjof Capra (2004, p. 36).

Em cada nível, os fenômenos" observados exibem propriedades que não existem em níveis inferiores. As propriedades sistêmicas de um determinado nível são denominadas propriedades "emergentes", uma vez que emergem nesse nível em particular.

Um exemplo desses padrões de ação pode ser percebido na fala abaixo do senhor Adão dos Santos Dias, remanescente do quilombo de Porto Leocarde, cujas reminiscências revelam o aludido controle sobre o entorno, ao se referir ao uso que faziam de determinada espécie vegetal na cura da maleita, nome popular atribuído a malária.

(...) mais era muito longe Jaraguá, tirano isso era essa madeira do mato, tal de quina, madeira marga, ai rapava mexia na água pra gente usa, mais cedo, de primeiro agente ficava cinzento de tremer da maleita. (ENTREVISTA realizada em 21/08/2013 com Adão dos Santos Dias, Relatório Porto Leocarde, 2013).

As lembranças da Sra. Joana de Lima Alves evidenciam o arraigamento ecológico. Nelas, seu território é vivido por meio de outras sensibilidades epistêmicas. Segundo ela,

Nós plantava milho e arroz dava pró sustento. As mulheres dançavam "Chorado", fazia uma roda e tocava tambor... ..Antigamente era muita família, os pais iam pra roça e umas mulheres ajudavam. Era melhor antes porque "era só nós", não tinha a perturbação de hoje, hoje nós quase não planta num tem terra mais (RELATÓRIO Porto Leocarde, 2013, p.32).

Assim, na perspectiva do arraigamento ecológico, territorializar-se, diferentemente da noção ocidental, é mais que ocupar um novo espaço físico. Aponta, também, para uma maneira de

entender o espaço enquanto território epistêmico, no qual os diversos domínios da vida estão conectados.

O “chorado”¹⁹, a que se refere Dona. Joana, é um bom exemplo dessas outras sensibilidades epistêmicas presentes na vida cotidiana desses quilombolas, em que diversas experiências se relacionam entre si e com o território.

Como exemplo, segue abaixo dois chorados, extraídos de uma pesquisa recente, realizada por Ferreira (2018), junto às comunidades remanescentes de quilombos em Porto Leocardio e Lavrinhas de São Sebastião.

Xique Xique é pau d’ispin
Imburana é pau d’abêia,
Gravata de boi é brocha,
Palitô de nêgo é pêia.

No caminho da Lavrinha tem um bananá,
Inda onti eu comi bananinha de lá.

O caminho da Lavrinha é ouro só,
É ouro só, é ouro só. (FERREIRA, 2018).

Notemos que, enquanto o primeiro chorado alude à condição colonializada do negro, o segundo, ao contrário, aponta para horizontes de agenciamentos e *suleamentos*, pois, mesmo remetendo a um passado ligado a mineração, é revelador do protagonismo desses atores que estabeleceram uma verdadeira rede social de circularidades e trocas entre os dois quilombos, distantes entre si aproximadamente cinquenta quilômetros, e sempre atravessados pela eminente possibilidade da presença ameaçadora do branco.

Nas reminiscências de Dona Joana de Lima Alves também se evidencia a ampla vinculação que população quilombola estabelecera com os cursos d’água que cortavam e ainda cortam o território.

(...) nós lavava roupa no Córrego Estiva enquanto a roupa quarava nois brincava, minha mãe fazia panela de barro, pegava o barro lá eu aprendi mas não “tenho paciência” pra fazer não quase num faço meu marido faz (...) (ENTREVISTA com Joana de Lima Alves, RELATÓRIO Porto Leocarde, 2013).

O rio sempre foi para eles mais que uma fonte de alimentação. Trata-se de um espaço de memórias ao qual se referem de maneira respeitosa e saudosista, lembrando dos tempos de criança e das inúmeras brincadeiras que ali faziam enquanto as mães lavavam roupas ou quando iam buscar água para o consumo doméstico. Sua obstinação em seguir vivendo às margens do rio das Almas é uma prova dos fortes vínculos que os moradores de Porto Leocardio mantêm com ele.

Essa marcante vinculação com os cursos hidrológicos também pode ser vista no quilombo de Pombal. Segundo relatos do Sr. Norberto Souza e do Sr. José Nunes, o território quilombola era organizado com base nos cursos d’água. Assim, ao longo do Córrego Puba se encontrava a família do Sr. Norberto; no Córrego do Chiqueiro moravam os Borges Vieira; no Córrego da Tapera Grande morava a família do Sr. Zé Nunes, conhecido como “Seu Mangabeira”; no Córrego Veredão estavam

19 O chorado é uma dança tradicional de algumas comunidades remanescentes de escravos no Brasil; porém o mais conhecido é o de Vila Bela – Mato Grosso. Surgido no século XVIII, era dançado apenas pelas mulheres e visava seduzir os senhores (visto ser uma dança envolta em sensualidade, embora que discreta para os padrões da época). E tinha como objetivo atenuar ou livrar dos castigos seus entes queridos. Não tendo como argumentar, o chorado era a única maneira de fazê-lo. Dessa maneira pode-se compreender o termo “chorado” como uma construção metafórica relacionada ao castigo imposto, e assim, ao desejo, por parte das mulheres, de livrá-los (FERREIRA, 2018, p. 92).

os 'primeiros' da família Borges; e no Córrego da Ponteira residiam outras famílias cujos nomes não foram lembrados. (RTID Pombal, 2013, p.50).

Em termos práticos, devemos reconhecer os padrões de ação, acima descritos, não como estratégias isoladas, resultantes de protagonismos individuais e capazes de explicar a construção histórica de tais cenários. Ao contrário, precisamos compreendê-los como sendo parte de uma intrincada rede de experiências, interconectadas, interdependentes e ecologicamente arraigadas.

A ciência cartesiana acreditava que em qualquer sistema complexo o comportamento do todo podia ser analisado em termos das propriedades de suas partes. A ciência sistêmica mostra que os sistemas vivos não podem ser compreendidos por meio da análise. As propriedades das partes não são propriedades intrínsecas, mas só podem ser entendidas dentro do contexto do todo maior. Desse modo, o pensamento sistêmico é pensamento "contextual"; e, uma vez que explicar coisas considerando o seu contexto significa explicá-las considerando o seu meio ambiente, também podemos dizer que todo pensamento sistêmico é pensamento ambientalista. (CAPRA, p. 36-37, 2004).

Considerações finais

Neste artigo, nos propusemos a instigar a imaginação daqueles pesquisadores interessados pelo deslindamento de cenários históricos nos quais inúmeros grupos de afrodescendentes lançaram seus corpos e suas histórias sobre espaços, por vezes desconhecidos, exercendo outras formas de liberdade e autonomia.

Tais cenários visitados revelou-nos uma importante dimensão do fenômeno da territorialização quilombola nas regiões pesquisadas. Trata-se do fato de que antes mesmo que esses grupos quilombolas definissem, fisicamente, seus espaços de ocupação, já se encontravam neles arraigados. Tais arraigamentos, como se tentou mostrar, ultrapassam a ideia da apropriação física do território, ganhando também a dimensão do simbólico, em que as cosmovisões e as sensibilidades traduzem-se por meio de formas outras de ver o mundo, que vão desde o gestual, como o andar, o dançar, nos usos que dão a um curso d'água, na utilização de uma planta de cura e nas formas intertextualizadas de comunicar o mundo, seja num verso de chorado ou até mesmo em episódios de fugas em que o escravo "Joaquim Buriti", ao invés de desaparecer para sempre, preferiu vestir-se de couro de onça e permanecer naquelas matas lutando contra o branco e contrabandeando. São, portanto, as muitas maneiras como esses territórios vêm sendo física e mentalmente tracejados.

Outro aspecto revelador do arraigamento ecológico diz respeito à permanência dessas comunidades. Pois, desde o colapso da mineração naquelas lavras, seguido pelo relativo abandono por parte da população branca, até o primeiro quartel do século XX - período em que se assiste a chegada de novas frentes de ocupação -, tais comunidades remanescentes conseguiram desenvolver padrões adaptativos capazes de garantir-lhes sua permanência naquele pedaço de mundo.

Nesse sentido, o uso que fizemos da abordagem ecológica, mais especificamente da noção de arraigamento ecológico, permitiu-nos acessar outros níveis sistêmicos do fenômeno de territorialização dos quilombos de Pombal e Porto Leocardio. Num desses níveis, em particular, nos foi possível por em suspeição aqueles marcos espaciais e temporais, há muito naturalizados, e que, por essa mesma razão, ainda hoje têm fundamentado os discursos que legitimam a presença dessas populações neste ou naquele território. Dito de outro modo, a adoção, em definitivo, de tais marcos, que invariavelmente tomam por base somente o fenômeno da chegada e ocupação física

do território, impede-nos de perceber tais processos de territorialização em toda a sua grandeza, conforme tentamos mostrar ao longo desse texto.

Assim, por meio desse breve estudo, pensamos ter aberto algumas possibilidades metodológicas, pois, se quisermos ter acesso a multidimensionalidade de sistemas que compõe os processos de territorialização, devemos observar, de forma densa, todos os padrões de ação que emergiram, e emergem, desses acoplamentos estruturais. Todos esses fenômenos são parte de uma intrincada teia de experiências e interconexidades, construídas coletivamente desde o momento em que, pela primeira vez, acoplaram àquele ambiente. Portanto, são nas dinâmicas do arraigamento ecológico, empreendidas por essas populações quilombolas, que seus processos de territorialização puderam se realizar material e imaterialmente, uma vez que nelas foram construídas todas as condições de *suleamentos* capazes de permitir-lhes escolher entre aqui, ali, ou acolá seus lugares de existência.

Bibliografia

ARAUJO, A. M. ; HERBETTA, A. F.; NAZARENO, ELIAS. Quilombos de Pombal, Porto Leocardio, São Félix e Nova Esperança: análise dos fatores relacionados ao deslocamento e assentamento de suas populações entre os séculos XIX e XX. In: George Leonardo Seabra Coelho e Gilberto Paulino de Araújo. (Org.). Educação do Campo e Cidadania no Brasil Contemporâneo. 01ed.Palmas - Tocantins: EDUFT, 2018, v. 01, p. 117-148.

ARAÚJO, A. M. Uma História com Fim: comunidades rurais às margens dos eucaliptais. In: Olga Cabrera. (Org.). Interdisciplinaridade e Ambiente. 1ed. São Luís: EDUFMA, 2014, v., p. 219-235.

ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Mana, v. 3, n. 2, p. 7-38, 1997.

ARRUTI, José Maurício Andion. Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. Revista Estudos Históricos, v. 8, n. 15, p. 57-94, 1995.

BHABHA, Homi. O Local da Cultura. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

CAMPOS, M. D. A arte de Sulear-se. In: SCHEINER, Teresa Cristina (Coord.). Interação museu-comunidade pela educação ambiental. Rio de Janeiro: UNIRIO/TACNET (mimeo), 1991. p. 56-91.

CAPRA, Fritjof. A teia da vida. São Paulo: Cultrix, 2004.

DIAMOND, Jared. Colapso: Como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2010. Introdução, p. 15-41. Disponível em:

<http://lelivros.online/book/download-colapso-jared-diamond-em-epub-mobi-e-pdf/>

FERREIRA, Gleisson. História, memória, fronteira e alteridade em Lavrinhas de São Sebastião nas "Cartas de Goiás" de Carlos Pereira de Magalhães (1919-1925). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, 2018.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES/MinC. Quilombos no Brasil, Revista.

GALLOIS, Dominique. Terras Ocupadas? Território? Territorialidades? Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza. São Paulo: Instituto Socioambiental. <http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/dgallois-1.pdf>. acesso em junho de 2011Palmares 5. Brasília, DF, Dominante Gráfica e Editora Ltda, 2000.

GIDDENS, Anthony. "Agency, institution, and time-space analysis." Advances in social theory and methodology. Toward an integration of micro-and macro-sociologies (1981): 161-174.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

- HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, v. 3, n. 1, p. 7-39, 1997.
- HERBETTA, A. (et al.). Relatório Antropológico Porto Leocarde. Edital 15/2011, Incra, setembro de 2013, 113p.
- MAGALHÃES, Carlos Pereira de. Cartas de Goiás no princípio do século XX. São Paulo: De Letra em Letra, 2004.
- MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco, J. A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athenas, 2001.
- MORAN, Emilio F. Adaptabilidade Humana: Uma Introdução à Antropologia Ecológica. São Paulo: Editorada da Universidade de São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2010.
- O'DWYE, Eliane Cantarino (org.). 2012. Direitos Territoriais – Introdução. Em: LIMA, Antônio Carlos de Souza (org.). Antropologia e Direito – temas antropológicos para estudos jurídicos. Rio de Janeiro; Brasília: Contra Capa; LACED; ABA.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.
- BRASIL, INCRA. Relatório Técnico e Identificação e Demarcação (RTID) Pombal. 2013.
- BRASIL, INCRA. Relatório Técnico e Identificação e Demarcação (RTID) Porto Leucádio, 2013.
- SUÁREZ-KRABBE, Julia. En la realidad. Hacia metodologías de investigación descoloniales *Tabula Rasa*, núm. 14, enero-junio, 2011, pp. 183-204
- TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. La memoria biocultural. La importancia ecológica de las sabidurías tradicionales, Madrid: Icaria editorial, 2008.

Recebido em 20/06/19
Aceito em 22/08/19